



# Relatório De Gestão \_ 2009

## I. INTRODUÇÃO

## II. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

### (1) Estrutura/composição dos Órgãos Autárquicos

(1) Câmara Municipal

(2) Assembleia Municipal

### (2) Organização dos Serviços (organigrama)

## III. RECURSOS HUMANOS

## IV. SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

### (1) Análise Orçamental

(a) Execução Orçamental da Receita

(b) Execução Orçamental da Despesa

(c) Operações de Tesouraria

(d) Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

(e) Indicadores de Gestão orçamental

### (2) Análise Patrimonial: Balanço e Demonstração de Resultados

(a) Análise ao Balanço

(b) Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)

(c) Afectação dos Limites Legais ao Endividamento Líquido

(d) Análise à Demonstração de Resultados

(e) Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial



---

(f) Anotação dos factos relevantes verificados após encerramento do  
Exercício

(g) Proposta de Aplicações de Resultados

V. OPÇÕES DO PLANO (GOP's) - PRIORIDADES

VI. INDICADORES DE DESEMPENHO DA ORGANIZAÇÃO

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO SOCIAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## I. INTRODUÇÃO

O ano de 2009 foi particularmente difícil, com a eclosão de uma crise financeira mundial com reflexos extremamente penosos para a economia nacional, repercutindo-se igualmente nas finanças locais.

A descida do crescimento potencial da nossa economia, reflectiu-se no aumento inevitável do desemprego estrutural, com taxas de participação da população activa mais baixas e o forte decréscimo do investimento privado e de cariz público, o qual terá tido efeitos sobre o *stock* de capital existente para os empreendedores da iniciativa privada e também para o Estado, provocando o “desaceleramento” do investimento público.

Retardaram-se as iniciativas comunitárias e o consequente financiamento de projectos no âmbito do QREN, resultando a nível nacional, numa baixa taxa de execução dos investimentos previstos nos orçamentos camarários.

Todavia, a magnitude destes efeitos é ainda muito incerta e as projecções para o crescimento potencial, e, em conformidade, para o desvio do produto, estão sujeitas a um grau de incerteza mais elevado ainda do que o habitual. Não obstante, espera-se que o estimado desvio do produto continue a ser significativamente negativo ao longo do horizonte de projecção também para o ano de 2010 e dois anos próximos.

O desemprego estrutural também se fez sentir no Concelho da Batalha. Perspectivando-se os efeitos nefastos da crise para as nossas famílias, a Autarquia decidiu, em boa hora, adoptar medidas reducionistas das taxas camarárias, cujos efeitos proteccionistas e de apoio às famílias se fizeram sentir, com maior preponderância, nas participações familiares aplicadas às crianças que frequentaram as Actividades de Tempos Livres no 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar.

É nesta conjuntura difícil que devemos enquadrar a análise das demonstrações financeiras que iremos apresentar no presente relatório.



## II. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

### (1) Estrutura/composição dos Órgãos Autárquicos

#### (a) Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75 da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos, tendo o mesmo sofrido alterações em meados de Outubro de 2009, conforme indicação abaixo apresentada.

#### **Executivo anterior (Funções exercidas de 28/10/2005 a 25/10/2009)**



**Presidente:** António José Martins de Sousa Lucas



**Vice-Presidente:** Carlos Alberto de Oliveira Henriques  
Com delegação de competências

#### **Vereadores**



Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
**Pelouro:** Ambiente e Juventude



Maria de Fátima Gomes Ferreira Gaspar

**Pelouro:** Educação e Cultura



António dos Reis Ferreira

**Pelouro:** Ordenamento do Território



Graça Maria Henriques Pereira

**Pelouro:** Saúde, Acção Social e Idosos



Francisco Meireles Cardoso

**Pelouro:** Saúde, Acção Social e Idosos

## *Novo Executivo (início de funções a 26/10/2009)*



**Presidente:** António José Martins de Sousa Lucas



**Vereador em Regime de Permanência:** Carlos Alberto de Oliveira Henriques

**Pelouros:** Operações Urbanísticas, Educação, Associativismo, Ambiente e Salubridade



**Vereador em Regime de Permanência:** Cíntia Manuela da Silva

**Pelouros:** Acção Social, Cultura, IPSS e Saúde

### **Vereadores sem pelouros atribuídos**



José Tiago Ferreira Couto Duarte



Francisco Meireles Cardoso



Graça Maria Henriques Pereira



Horácio Moita Francisco

(b) Assembleia Municipal

### ***Deputados Municipais (Funções exercidas de 28/10/2005 a 25/10/2009):***

#### **Deputados Municipais**

Francisco Manuel Graça Freitas (Presidente)

Raquel Vieira Carvalho

Colette Pedrosa de Sousa (Vice-Presidente)

Cristóvão Mira Ribeiro

Júlio da Silva Rodrigues (Secretário)

João Manuel Guerra Bastos

António dos Reis Rebelo

Maria Helena Bastos Fonseca



Dionísio de Jesus Vieira  
Eduardo da Silva Jordão  
José Moreira Filipe  
Alberto de Matos  
João Pedro Caixeiro Costa Rei

José Augusto Patrício Ferreira  
Daniel Gomes Tomás  
Nuno Miguel Costa Monteiro  
Aline de Jesus Vieira  
Germano Santos Pragosa (Presidente da Junta Freguesia da Batalha)

Luís Miguel Ribeiro Ferraz

Carlos Alberto Monteiro dos Santos  
(Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira)

Alfredo José de Sousa Gomes

António Fernando Martins de Sousa Lucas  
Presidente da Junta de Freguesia do Reguengo do Fetal)

Mário Rui Santos Laranjeiro

Silvestre Pereira Carvalhana (Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede)

Maria da Encarnação Cordeiro Henriques Ferreira

## ***Deputados Municipais (início de funções a 26/10/2009):***

### **Deputados Municipais**

José Vieira dos Reis (Presidente)  
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos (Vice-Presidente)  
Colette Pedrosa de Sousa (Secretário)  
Luís Miguel Chagas Vieira Martins  
António dos Reis Ferreira  
Nelson Luís Monteiro Guerra  
Alberto de Matos  
Mariana Cecília Ligeiro Justo  
João Manuel Guerra Bastos  
  
Maria Irene Moreira de Sousa

Henrique Amado Carvalho  
Nuno Miguel Costa Monteiro  
António Joaquim Soares Zeferino  
Tânia Sofia Pereira de Oliveira  
Paulo Fernando Romão Encarnação  
António Carlos Costa Jordão  
Cristóvão Mira Ribeiro  
Leonor Ferreira Faustino  
Germano Santos Pragosa (Presidente da Junta Freguesia da Batalha)  
  
Carlos Alberto Monteiro dos Santos  
(Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira)



Luís Miguel Ribeiro Ferraz

António Fernando Martins de Sousa Lucas

Presidente da Junta de Freguesia do  
Reguengo do Fetal)

Tânia Marisa Correia Oliveira

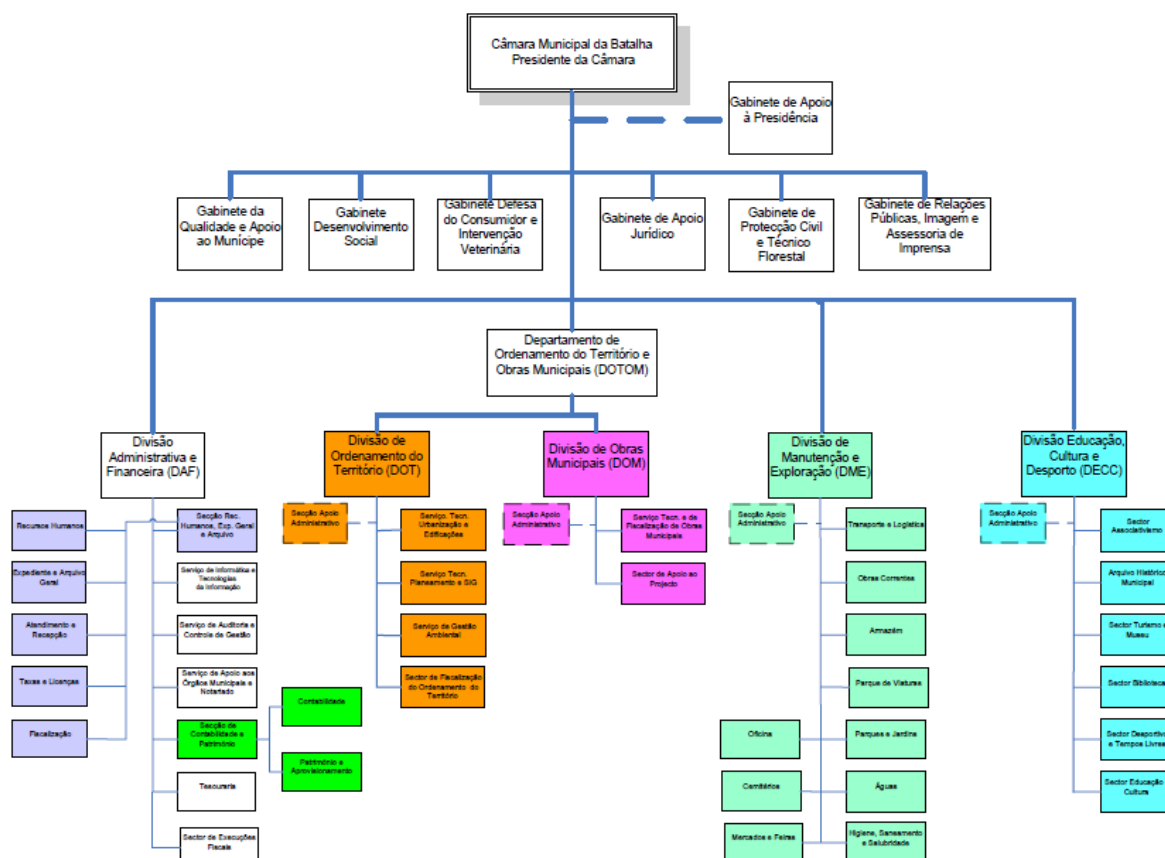
Silvestre Pereira Carvalhana (Presidente da  
Junta de Freguesia de São Mamede)

Raquel Maria Cunha Ferreira

## (2) Organização dos Serviços (organigrama)

A estrutura organizacional do Município, tendo em conta a aprovação dada pela Assembleia Municipal a 20/12/2006, apresenta as características abaixo evidenciadas pelo organigrama.

No entanto, em consequência da publicação do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, onde é evidenciada a necessidade de uma adaptação da estrutura e organização dos órgãos e serviços autárquicos à realidade actual, proceder-se-á, no ano civil em vigor, a uma reestruturação orgânica, funcional e matricial dos serviços.







### III. RECURSOS HUMANOS

A estrutura de recursos humanos em 31 de Dezembro, era composta por 103 colaboradores.

O *Índice de Tecnicidade* da autarquia continua bastante elevado, acima dos 29%, o que revela uma aposta forte em quadros especializados. No universo dos 308 municípios, este indicador situa-se ligeiramente acima dos 5%.

No que diz respeito à relação de vínculo, podemos concluir que 25,27% da estrutura (24 funcionários) estava integrada em regime de contrato a termo resolutivo, com maior preponderância no grupo profissional dos técnicos superiores. Esta situação deve-se, fundamentalmente, à instalação, nos últimos anos, de gabinetes de apoio nas áreas da Rede Social, Gabinete Técnico Florestal, Comissão de Apoio aos Jovens e Crianças em Risco, decorrente de novas atribuições e competências atribuídas aos municípios, e ao recrutamento de docentes (8) que foram integrados nas Actividades de Enriquecimento Curricular. O efectivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

*Efectivo Total distribuído por Relação de Vínculo*

Classes	Relação de Vínculo				Total
	CT Tmp Indet.	Comissão Serviço	CT Termo	Outra	Total
Dirigentes		5			5
Técnicos Superiores	9		14	5	28
Assistentes Técnicos	29		4		33
Assistentes Operacionais	30		6		36
Informática	1				1
Outros	-				-
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>5</b>	<b>24</b>	<b>5</b>	<b>103</b>
<b>Prestadores de Serviços</b>		-	-	5	5



No entanto, a estrutura manteve-se estabilizada, apesar de se terem concretizado 12 novas admissões, das quais destacamos os docentes das AEC's (8), assistentes técnicos (2), e 1 dirigente em comissão de serviço para a Divisão de Cultura (que anteriormente estava inserido no Grupo de Técnicos Superiores).

*Admissões de Colaboradores*

<b>Classes</b>	<b>Procº Concursal</b>	<b>Comissão Serviço</b>	<b>Outras Situações</b>	<b>TOTAL</b>
Dirigentes		1		1
Técnicos Superiores	9			9
Assistentes Técnicos	2			2
Assistentes Operacionais				0
Informática				0
Outros				0
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>12</b>

Em contrapartida, registaram-se 8 saídas, das quais destacamos a caducidade de 7 contratos a termo (3 técnicos superiores; 2 assistentes técnicos e 3 assistentes operacionais) e uma revogação por mútuo acordo, a pedido de uma colaboradora.

*Saídas de Colaboradores*

<b>Classes</b>	<b>Caducidade CT Termo</b>	<b>Revogação (Mútuo Acordo)</b>	<b>Outras Situações</b>	<b>TOTAL</b>
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	3			3
Assistentes Técnicos	1	1		2
Assistentes Operacionais	3			3
Informática				0
Outros				0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>8</b>

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 1.963.475 €. Verificou-se um aumento em relação ao ano anterior de 118.618 €, principal influência dos custos com pessoal docente integrado nas Actividades Extra-Curriculares (pessoal com contrato a termo), dos subsídios de maternidade/paternidade e de doença e das subidas de níveis



remuneratórios resultantes da aplicação da nova Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR).

### *Custos com Pessoal*

Descritivo	2008	2009	Peso %	Var. 08-09
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>1.391.470</b>	<b>1.463.167</b>	<b>75%</b>	<b>5%</b>
Membros dos Órgãos Autárquicos	91.300	79.663	4%	-13%
Pessoal do Quadro	852.759	886.773	45%	4%
Pessoal em qualquer outra situação	22.307	10.514	1%	-53%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	48.430	32.108	2%	-34%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	159.516	198.513	10%	24%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	28.037	43.566	2%	55%
Subsídio de Férias e de Natal	189.122	212.029	11%	12%
<b>Outras Despesas c/ Pessoal</b>	<b>188.837</b>	<b>190.636</b>	<b>10%</b>	<b>1%</b>
Deslocações e Ajudas de Custo	10.239	7.071	0%	-31%
Trabalho Extraordinário	33.489	29.557	2%	-12%
Subsídio de Refeição	96.826	103.488	5%	0%
Abonos Diversos	1.266	1.265	0%	0%
Abonos e Senhas Presença	21.666	19.732	1%	-9%
Representação	25.350	29.522	2%	16%
<b>Segurança Social</b>	<b>264.551</b>	<b>309.672</b>	<b>16%</b>	<b>17%</b>
Pensões	1.742	822	0%	-53%
Encargos com a Saúde	28.129	50.276	3%	79%
Subsídio familiar a crianças e jovens	14.864	17.866	1%	20%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	44.817	56.281	3%	26%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	166.041	174.575	9%	5%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0%	
Seguros de Pessoal	8.958	9.852	1%	10%
<b>TOTAL</b>	<b>1.844.857</b>	<b>1.963.475</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

As Despesas com pessoal mantiveram-se no limite legal imposto pelos D.L. nº 116/84 e 44/85. Este limite só foi parcialmente utilizado em 41,8%, registando-se uma diminuição de 3,1% em relação a período homólogo do ano anterior, correspondendo a uma menor afectação dos limites impostos.

### *Limite Legal \_ Custos com Pessoal*

Ano referência	2008	2009
Nº Efectivos (Trabalhadores)	107	103
Custo Médio por Efectivo	17.242	19.063
<i>Limite Legal de Afectação Receita Corrente</i>	26,9%	<b>25,1%</b>
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afectação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respectivo exercício é de 60%.		
<b>% Afectação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)</b>	44,9%	<b>41,8%</b>



Este indicador reflecte uma boa política de gestão de recursos. A nível nacional, constitui uma das mais baixas percentagens de representatividade das despesas com pessoal sobre a receita corrente (de apenas 25,1%).

A taxa de absentismo traduzida no número de dias de ausência sobre o total de dias de trabalho situou-se nos 7,65 %, quando no ano anterior foi de 20,06%.

### *Absentismo*

Classes	Dias de Absentismo (faltas) / Férias							Total F/ Dias
	Casamento	Falec <sup>o</sup> Familiar	Doença	Por Ac. Trab	Assist. Familiar	Trab. Estudante	Férias	
Dirigentes			1				3,5	4,5
Técnicos Superiores	11	2	102				33,5	148,5
Assistentes Técnicos		1	112		1	68	95,5	277,5
Assistentes Operacionais		17	1366	104			24	1511
Informática								0
Outros								0
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>1581</b>	<b>104</b>	<b>1</b>	<b>68</b>	<b>156,5</b>	<b>1941,5</b>

No ano em análise, foram ministradas 560 horas de formação, assim distribuídas por grupos profissionais:

- Dirigentes (126 h);
- Técnicos Superiores (329 h);
- Assistentes Técnicos: (98 h);
- Outros profissionais (7 h).

Esta carga horária corresponde à participação em 22 acções de formação que tiveram um custo global directo 4.968,80 €, muitas delas financiadas integralmente pela Comunidade Europeia.

Os encargos com a medicina, higiene e segurança do trabalho ascenderam os 8.348,20 €, e as acções de sensibilização contaram com a participação de 22 colaboradores, maioritariamente da Divisão de Manutenção e Exploração.



#### IV. SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

##### (a) Análise Orçamental

No exercício de 2009 verificou-se um aumento global das receitas cobradas em 11,2%, relativamente ao ano anterior. A tendência de crescimento das receitas correntes cobradas de apenas 0,67%, foi atenuada pelo lançamento de medidas anti-crise aprovadas em Assembleia Municipal relativamente às reduções aplicadas a parte das taxas municipais e devido ao decréscimo das receitas provenientes das operações urbanísticas, em virtude da crise generalizada no mercado imobiliário.

As receitas de capital cobradas tiveram um crescimento real de 52,14%, fortemente motivado pela utilização de parte do empréstimo de médio e longo prazo contratado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha (750.000 €) e pela entrada de rendas de concessão dos parques eólicos (1.013.807,77 €).

Como consequência do retardar da entrada em funcionamento do QREN, apenas registámos participações comunitárias no montante global de 784.299,33 €, sendo parte dos investimentos integrados nos Programas Operacionais de Valorização do Território e da Região Centro assegurados por empréstimo bancário e por fundos próprios de funcionamento e receitas provenientes de receitas de capital, como iremos verificar pela análise do quadro de fontes de financiamento.

Os projectos integrados no QREN que obtiveram contrapartidas comunitárias no ano em análise, foram o Centro Educativo da Batalha (348.940,19 €) e o Campo de Futebol Sintético (209.215,77 €). Os restantes projectos aprovados no âmbito do QREN, só irão ser ressarcidos a partir de 2010. Por isso, os atrasos que se fizeram sentir nas aprovações por parte dos órgãos gestores dos Programas Operacionais, reflectiram-se na dinâmica das obras lançadas a concurso, por via das precauções tomadas na tentativa de captação



antecipada de novas fontes de financiamento externas, muito embora os projectos de maior relevância já estejam enquadrados no QREN, designadamente no MAIS CENTRO /CONTRATUALIZAÇÃO, Rede de Mosteiros/POVT, Programa Operacional para a Regeneração Urbana (REPRU) e Rede Urbana para a Competitividade e Inovação (RUCI).

Com a entrada em vigor da nova Lei de Finanças Locais, em 01/01/2007, a nossa capacidade de endividamento cresceu exponencialmente, devido ao facto do nosso passivo de curto prazo ser diminuto, sendo das mais expressivas a nível nacional.

No que diz respeito às despesas totais, podemos constatar que aumentaram cerca de 6,1%. A despesa de capital aumentou cerca de 5,6% em virtude do investimento da Autarquia na área do saneamento básico, educação, desporto e cultura. As despesas com a aquisição de bens de capital subiram 11,9%.

#### **(a) Execução Orçamental da Receita**

Em termos de execução de receita, verifica-se que foram liquidados, em 2009, 11.230.627,42 €. Em igual período do ano anterior a receita liquidada foi de 10.087.121,27 €. Contudo, da receita liquidada, foram recebidos 10.876.288,80 €, correspondentes a 61,2% do orçamento de receita.

Ao analisarmos as rubricas mais importantes (com mais de 2 milhões de euros de dotação orçamental) verificámos um excelente grau de realização de receitas relacionadas com Impostos Directos e Transferências Correntes. Já ao nível das Transferências de Capital e dos Passivos Financeiros, o grau de realização de receita apresenta valores bem mais baixos. Relativamente às Transferências de Capital, a explicação para a sua baixa taxa de execução (34%) assenta em exclusivo nas transferências oriundas de projectos co-financiados. No orçamento de receita estava previsto um valor de 5.249.300,24 euros



relativos a recebimentos relacionados com projectos enquadrados no QREN dos quais o Município apenas recebeu os referidos 784.299,33 euros (14,9% de grau de realização).

### Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2008					Exercício 2009				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx.Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx.Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	5 = [3-1]	6 = [3/1]
01 Impostos Directos	2.322.180	2.642.637	2.595.387	273.207	111,8%	2.295.186	2.479.523	2.442.474	147.288	106,4%
02 Impostos Indirectos	284.285	176.634	175.584	-108.701	61,8%	259.359	161.476	159.427	-99.933	61,5%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	474.837	184.417	173.726	-301.111	36,6%	406.994	516.371	283.025	-123.969	69,5%
05 Rendimentos de Propriedade	1.081.939	1.118.617	1.118.617	36.678	103,4%	1.537.737	1.636.125	1.512.942	-24.795	98,4%
06 Transferências Correntes	2.981.989	3.080.841	3.080.841	98.852	103,3%	3.178.170	3.148.189	3.148.189	-29.981	99,1%
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	392.963	643.663	629.967	237.004	160,3%	500.369	218.436	262.557	-237.812	52,5%
08 Outras Receitas Correntes	45.843	7.549	8.038	-37.805	17,5%	9.260	28.226	25.395	16.135	274,2%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>7.584.036</b>	<b>7.854.357</b>	<b>7.782.159</b>	<b>198.123</b>	<b>102,6%</b>	<b>8.187.075</b>	<b>8.188.347</b>	<b>7.834.008</b>	<b>-353.067</b>	<b>95,7%</b>
09 Venda de Bens de Investimento	800.000	0	0	-800.000	0,0%	375.000	0	0	-375.000	0,0%
10 Transferências de Capital	6.026.610	1.735.908	1.735.908	-4.290.703	28,8%	6.705.528	2.281.371	2.281.371	-4.424.157	34,0%
11 Activos Financeiros	0	0	0	0	0,0%	0	0	0	0	0,0%
12 Passivos Financeiros	2.100.000	250.000	250.000	-1.850.000	11,9%	2.500.000	750.000	750.000	-1.750.000	30,0%
13 Outras Receitas de Capital	160.000	10.500	10.500	-149.500	6,6%	1.000	6.006	6.006	5.006	600,6%
<b>Receitas Capital</b>	<b>9.086.610</b>	<b>1.996.408</b>	<b>1.996.408</b>	<b>-7.090.203</b>	<b>22,0%</b>	<b>9.581.528</b>	<b>3.037.377</b>	<b>3.037.377</b>	<b>-6.544.151</b>	<b>31,7%</b>
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	14.967	4.093	4.093	-10.874	27,3%	1.500	4.903	4.903	3.403	326,9%
<b>Saldo da Gerência Anterior *</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>16.685.613</b>	<b>9.854.857</b>	<b>9.782.660</b>	<b>-6.902.954</b>	<b>58,6%</b>	<b>17.770.103</b>	<b>11.230.627</b>	<b>10.876.289</b>	<b>-6.893.814</b>	<b>61,2%</b>

\* Não considerada utilização de Saldo de Gerência Anterior.

As receitas fiscais decresceram globalmente 6,8%, sendo determinante a redução verificada no IMT, Loteamentos e Obras de Urbanização e Taxas, Multas e Outras Penalidades.

### Receita Fiscais (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2008				Exercício 2009				Var. (%) RC '08 - 09
	Orçada	Cobrada	Desvio (valor)	Tx.Exec.	Orçada	Cobrada	Desvio (valor)	Tx.Exec.	
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	
IMI / Contribuição Autárquica	921.346	1.158.391	237.045	125,7%	1.000.790	1.092.922	92.132	109,2%	-5,7%
IUC / IMV	312.310	224.077	-88.233	71,7%	210.004	264.799	54.795	126,1%	18,2%
IMT / SISA	750.989	840.774	89.785	112,0%	765.535	697.578	-67.957	91,1%	-17,0%
Derrama	337.535	372.146	34.611	110,3%	318.857	387.174	68.317	121,4%	4,0%
Impostos Abolidos	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
<b>Impostos Directos</b>	<b>2.322.180</b>	<b>2.595.387</b>	<b>273.207</b>	<b>111,8%</b>	<b>2.295.186</b>	<b>2.442.474</b>	<b>147.288</b>	<b>106,4%</b>	<b>-5,9%</b>
Mercados e Feiras	62.303	48.795	-13.508	78,3%	55.158	39.228	-15.930	71,1%	-19,6%
Loteamentos e Obras Urbanização	147.750	101.010	-46.740	68,4%	141.658	92.278	-49.380	65,1%	-8,6%
Ocupação Via Pública	8.048	8.084	36	100,5%	7.938	8.525	587	107,4%	5,4%
Publicidade	9.119	9.724	605	106,6%	9.511	9.471	-40	99,6%	-2,6%
Outros Imp. Indirectos	3.918	3.783	-135	96,6%	4.097	1.727	-2.370	42,1%	-54,4%
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>231.138</b>	<b>171.396</b>	<b>-59.742</b>	<b>74,2%</b>	<b>218.362</b>	<b>151.229</b>	<b>-67.133</b>	<b>69,3%</b>	<b>-11,8%</b>
Mercados e Feiras	1.137	324	-813	28,5%	197	11	-186	5,4%	-96,7%
Loteamentos e Obras Urbanização	284.803	107.586	-177.217	37,8%	201.872	68.475	-133.397	33,9%	-36,4%
Ocupação Via Pública	2.133	1.885	-248	88,4%	1.873	2.799	926	149,5%	48,5%
Caça, uso e porte de arma	1.781	146	-1.635	8,2%	836	194	-643	23,1%	32,5%
Licenciamento Industrial	78	59	-19	75,8%	77	0	-77	0,0%	-100,0%
Multas, Outras Penalidades e outras Taxas	12.963	8.604	-4.359	66,4%	9.854	25.265	15.411	256,4%	193,6%
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>302.895</b>	<b>118.604</b>	<b>-184.291</b>	<b>39,2%</b>	<b>214.709</b>	<b>96.743</b>	<b>-117.966</b>	<b>45,1%</b>	<b>-18,4%</b>
<b>Total</b>	<b>2.856.213</b>	<b>2.885.388</b>	<b>29.175</b>	<b>101,0%</b>	<b>2.728.257</b>	<b>2.690.446</b>	<b>-37.811</b>	<b>98,6%</b>	<b>-6,8%</b>



O grau de execução dos impostos directos situou-se nos 2.442.474 € (106,4% de taxa de execução), ou seja, superior em cerca de 147 mil euros face ao previsto.

Para este desempenho contribuiu, de forma decisiva, o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) o qual tinha um valor orçamentado de receita de cerca de 996 mil euros, tendo sido cobrado 1,088 milhões de euros (+ 92 euros face ao previsto). Tratando-se de receitas próprias do Município, a sua elevada execução terá repercussões positivas nos orçamentos dos próximos exercícios.

Quanto aos Passivos Financeiros, o Município tinha orçamentado 2,5 milhões de euros relacionados com linha de crédito para financiar diversos investimentos, contudo, em 2009, o Município apenas utilizou 750 mil do empréstimo já contratualizado com a Caixa de Crédito Agrícola em 2007.

### (b) Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa (despesas pagas/orçamento anual) atingiu os 60,4%. No entanto, se analisarmos a execução orçamental tendo em conta o valor da despesa comprometida, em 31 de Dezembro de 2009, verificamos que o grau de realização passará para os 84,7%.

#### *Execução da Despesa*

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	2.196.470	2.014.159	1.988.695	-207.775	90,5%	25.464
02 Aquisição de bens e Serviços	4.461.526	4.255.605	3.678.468	-783.058	82,4%	577.137
03 Juros e Outros encargos	44.600	41.724	31.164	-13.436	69,9%	10.561
04 Transferências Correntes	683.255	652.507	631.522	-51.733	92,4%	20.985
05 Subsídios	498.300	491.545	410.872	-87.428	82,5%	80.673
06 Outras Despesas Corrente	160.160	151.729	134.731	-25.429	84,1%	16.998
<b>Despesas Correntes</b>	<b>8.044.311</b>	<b>7.607.269</b>	<b>6.875.452</b>	<b>-1.168.859</b>	<b>85,5%</b>	<b>731.817</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	9.248.992	7.030.804	3.462.519	-5.786.473	37,4%	3.568.285
08 Transferência de Capital	260.300	214.118	193.271	-67.029	74,2%	20.847
09 Activos Financeiros	500			-500	0,0%	0
10 Passivos Financeiros	215.500	202.762	202.762	-12.738	94,1%	0
11 Outras Despesas Capital	500			-500	0,0%	0
<b>Despesas Capital</b>	<b>9.725.792</b>	<b>7.447.684</b>	<b>3.858.552</b>	<b>-5.867.240</b>	<b>39,7%</b>	<b>3.589.132</b>
<b>Total</b>	<b>17.770.103</b>	<b>15.054.953</b>	<b>10.734.004</b>	<b>-7.036.100</b>	<b>60,4%</b>	<b>4.320.950</b>





Atendendo aos valores em causa, realce para o baixo grau de execução da classe 07 – Aquisição de bens de capital, com 37,4%. Contudo, a despesa comprometida nesta rubrica atingiu cerca de 7,031 milhões de euros – representando 76% do valor orçamentado. Esta situação está relacionada com a realização de investimentos comparticipados com fundos comunitários, para os quais o Município já comprometeu grande parte dos valores respectivos, e cuja execução se encontra em curso.

O peso relativo (%) da despesa corrente e de capital sobre as despesas totais manteve-se praticamente inalterado nos dois exercícios económicos, não se verificando mudanças estruturais do comportamento global da despesa.

*Comparativo da Despesa (2008 – 09)*

	2008			2009			Var. % DR '08 - 09
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	
01 Pessoal	1.844.858	1.864.295	13,1%	1.988.695	2.014.159	13,4%	8,0%
02 Aquisição de bens e Serviços	3.172.992	3.838.229	27,0%	3.678.468	4.255.605	28,3%	10,9%
03 Juros e Outros encargos	39.267	61.525	0,4%	31.164	41.724	0,3%	-32,2%
04 Transferências Correntes	559.765	569.828	4,0%	631.522	652.507	4,3%	14,5%
05 Subsídios	506.572	506.572	3,6%	410.872	491.545	3,3%	-3,0%
06 Outras Despesas Corrente	286.471	297.197	2,1%	134.731	151.729	1,0%	-48,9%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>6.409.926</b>	<b>7.137.645</b>	<b>50,3%</b>	<b>6.875.452</b>	<b>7.607.269</b>	<b>50,5%</b>	<b>6,6%</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	2.653.998	6.283.445	44,3%	3.462.519	7.030.804	46,7%	11,9%
08 Transferência de Capital	399.472	417.965	2,9%	193.271	214.118	1,4%	-48,8%
09 Activos Financeiros	10.000	10.000	0,1%	0	0	0,0%	-100,0%
10 Passivos Financeiros	341.279	341.279	2,4%	202.762	202.762	1,3%	-40,6%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
<b>Despesas Capital</b>	<b>3.404.749</b>	<b>7.052.689</b>	<b>49,7%</b>	<b>3.858.552</b>	<b>7.447.684</b>	<b>49,5%</b>	<b>5,6%</b>
<b>Total</b>	<b>9.814.675</b>	<b>14.190.335</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.734.004</b>	<b>15.054.953</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,1%</b>

Tendo em consideração o valor executado em 2009 das actividades mais relevantes que constam no *Mapa de Execução das Actividades mais Relevantes* preparado pelo município, cujo valor atingiu os 3.533.890 €, e o montante pago das aquisições de bens de capital (3.462.519 €), o valor total de despesas de índole económico-sociais atingiu os 6.996.409 €, o que comparado com o valor de 2008 – 6.202.539 €, registou um crescimento de 12,8%.

*Transferências Correntes e de Capital*

	Exercício 2008		Exercício 2009	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
<b>Transferências Correntes</b>				
Apoios ao Associativismo (PDC)	413.412	28,72%	524.153	42,42%
Freguesias	13.879	0,96%	22.958	1,86%
Empresa Municipal (*)	506.572	35,19%	410.872	33,25%
Outras Transf <sup>as</sup>	111.053	7,71%	84.411	6,83%
<b>Transferências de Capital</b>				
		0,00%		0,00%
Apoios ao Associativismo (PDC)	189.090	13,13%	80.815	6,54%
Freguesias	183.384	12,74%	112.455	9,10%
Empresa Municipal (*)	22.304	1,55%	0	0,00%
Outras Transf <sup>as</sup>	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>1.439.694</b>		<b>1.235.665</b>	

\* Inclui subvenções financeiras à ISERBATALHA. Exceptuam-se contratos de prestação de serviços.

**(c) Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano**

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 52,3%, em relação à dotação definida para o exercício de 2009, traduziu-se no indicador de **eficiência orçamental** possível em virtude dos fortes constrangimentos originados pelos atrasos na entrada em funcionamento do QREN.

No mapa da execução das GOP's que a seguir ilustraremos, retratámos os *objectivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, acção social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infra-estruturas rodoviárias, etc.; constituindo o instrumento de análise dos recursos financeiros que foram directamente aplicados ao serviço da população. De facto, este é um Plano Estratégico que afectou 6.996.409 € do orçamento global aos projectos e programas inicialmente propostos em sede de orçamento, a título das prioridades definidas pelo Executivo.

*Execução das Grandes Opções do Plano*

OBJECTIVO/PROGRAMA		DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
		Facturada [A]	Paga	Comprom. [B]	Definida [C]	
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>589.939</b>	<b>585.745</b>	<b>609.589</b>	<b>655.080</b>	<b>93%</b>
111	Administração Geral	393.337	389.143	412.987	449.630	92%
121	Protecção Civil e Luta contra Incêndios	196.602	196.602	196.602	205.450	96%
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>5.845.756</b>	<b>5.588.561</b>	<b>8.239.159</b>	<b>10.471.930</b>	<b>79%</b>
211	Ensino Não Superior	530.775	501.141	559.287	1.500.215	37%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1.091.433	986.743	1.149.579	1.215.070	95%
221	Serviços Individuais de saúde	3.870	1.634	5.402	8.300	65%
232	Ação Social	24.847	24.847	27.674	35.220	79%
241	Habituação	698	698	698	1.500	47%
242	Ordenamento do território	602.258	599.828	1.021.008	1.131.010	90%
243	Saneamento	1.033.537	956.851	2.309.912	2.375.210	97%
244	Abastecimento de Água	113.470	110.530	140.311	171.460	82%
245	Resíduos Sólidos	795.899	779.339	906.401	906.580	100%
246	Protecção Meio Ambiente Conserv. Natureza	250.487	250.487	328.179	468.000	70%
251	Cultura	612.351	605.597	981.950	1.445.685	68%
252	Desporto Recreio e Lazer	786.132	770.867	808.757	1.208.180	67%
253	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	0	0	0	5.500	
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>694.586</b>	<b>686.689</b>	<b>1.971.515</b>	<b>2.103.550</b>	<b>94%</b>
320	Indústria e Energia	27.538	27.538	27.538	33.300	83%
331	Transportes Rodoviários	633.635	625.738	1.910.564	2.024.750	94%
340	Comércio e Turismo	33.413	33.413	33.413	43.000	78%
341	Mercados e Feiras	0	0	0	0	
342	Turismo	0	0	0	2.500	0%
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>140.430</b>	<b>135.414</b>	<b>144.268</b>	<b>151.100</b>	<b>95%</b>
420	Tranferências entre Administrações	140.430	135.414	144.268	151.100	95%
<b>TOTAL</b>		<b>7.270.712</b>	<b>6.996.409</b>	<b>10.964.532</b>	<b>13.381.660</b>	<b>82%</b>

## RESUMO :

<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	589.939	585.745	609.589	655.080	<b>93%</b>
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	5.845.756	5.588.561	8.239.159	10.471.930	<b>79%</b>
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	694.586	686.689	1.971.515	2.103.550	<b>94%</b>
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	140.430	135.414	144.268	151.100	<b>95%</b>

**TOTAL      7.270.712      6.996.409      10.964.532      13.381.660      82%**

O saneamento básico constituiu o principal investimento, logo seguido do ensino, da rede viária, resíduos sólidos e do ordenamento do território. No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Actividades Mais Relevantes estão evidenciados os projectos que maior representatividade tiveram na execução da despesa (ver – Anexo: Mapas Orçamentais).

**(d) Fontes de Financiamento**

Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

*Fontes de Financiamento dos Investimentos*

	Exercício 2008		Exercício 2009	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
<b>Empréstimos Bancários M/L prazo</b>	250.000	7,3%	750.000	19,4%
<b>Venda de Bens de Investimento</b>	0	0,0%	0	0,0%
<b>Transferências de Capital</b>		0,0%		0,0%
FEF K (O.E.)	1.390.488	40,8%	1.451.228	37,6%
Contratos-Programa	0	0,0%	45.844	1,2%
Fundos Comunitários	333.248	9,8%	784.299	20,3%
<b>Outras Receitas de Capital</b>	10.500	0,3%	6.006	0,2%
<b>Receitas Próprias de Func<sup>o</sup></b>	1.420.514	41,7%	821.174	21,3%
<b>Investimento Pago</b>	<b>3.404.749</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.858.552</b>	<b>100,0%</b>

**(e) Indicadores de Gestão orçamental**

A Autonomia Financeira e a Saúde Financeira registaram um decréscimo em relação ao ano anterior. Pode-se verificar no mapa 2 que, a Autonomia Financeira passou de 1.425.252 € para 1.007.132 € e a Saúde Financeira de 18% para 13%. O quadro seguinte ilustra um elevado grau de autonomização orçamental face às receitas provenientes do Exterior. O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 72%.

*Indicadores Orçamentais*

INDICADORES	2007	2008	2009
<b>Receitas Próprias de Funcionamento</b> (Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)	6.859.225	7.835.178	7.882.584
<b>Serviço da Dívida</b> (Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)	473.867	380.546	230.602
<b>Receitas de Funcionamento / Receitas Totais</b>	79%	80%	72%
<b>Autonomia Financeira</b> (Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)	1.061.649	1.425.252	1.007.132
<b>Saúde Financeira</b> (Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)	15%	18%	13%



## **(2) Análise Patrimonial: Balanço e Demonstração de Resultados**

### **(a) Análise ao Balanço**

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2009.

Pela análise da sua estrutura, verificamos que os fundos patrimoniais da autarquia, no montante de 45.953.253 €, registaram uma diminuição de 582.686 € em relação a 2008, novamente pela influência dos resultados líquidos negativos do exercício.

A dívida a médio e longo prazo aumentou em 547.238 €, sob a forma de empréstimos a longo prazo, visados pelo Tribunal de Contas, fundamentalmente pela necessidade de utilização parcial de um empréstimo contratualizado em 2007 com a Caixa Crédito Agrícola para a aplicação em obras que vão ser co-financiadas por fundos comunitários.

A expressiva rubrica dos proveitos diferidos de 7.094.478 €, diz respeito, fundamentalmente, ao diferimento dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

No activo circulante as dívidas de terceiros registaram uma diminuição de cerca de 400.773 €.



## Balço

V	Activo	2009				2008	Var. (valor)
		AB	AP	AL	AL		
	<b>Imobilizado:</b>						
	<b>Bens de Domínio Público:</b>						
451	Terrenos e recursos naturais.....	3.751		3.751	3.751	0	
452	Edifícios.....						
453	Outras construções e infra-estruturas.....	69.761.534	30.366.231	39.395.304	42.276.261	-27.485.273	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural.....	50.000		50.000	50.000		
459	Outros bens de domínio público.....						
445	Imobilizações em curso.....	3.024.741		3.024.741	1.748.482	-1.276.259	
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público.....						
		72.840.026	30.366.231	42.473.795	44.078.493	-28.761.533	
	<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>						
431	Despesas de instalação.....						
432	Despesas de Investigação e de desenvolvimento.....						
433	Propriedade industrial e outros direitos.....						
443	Imobilizações em curso.....	137.484		137.484	101.370	-36.114	
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....						
		137.484		137.484	101.370	-36.114	
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
421	Terrenos e recursos naturais.....	470.163		470.163	470.163	0	
422	Edifícios e outras construções.....	9.923.869	1.227.132	8.696.737	8.769.920	-1.153.949	
423	Equipamento básico.....	1.013.311	736.513	276.797	212.745	-800.566	
424	Equipamento de transporte.....	774.927	603.569	171.358	151.247	-623.680	
425	Ferramentas e utensílios.....	295.101	194.981	100.120	118.732	-176.369	
426	Equipamento administrativo.....	1.090.894	953.260	137.634	184.775	-906.119	
427	Taras e vasilhame.....						
429	Outras imobilizações corpóreas.....	211.546	106.207	105.339	104.045	-107.501	
442	Imobilizações em curso.....	1.275.790		1.275.790	236.114	-1.039.676	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....						
		15.055.600	3.821.663	11.233.937	10.247.741	-4.807.859	
	<b>Investimentos financeiros:</b>						
411	Partes de capital.....	166.789		166.789	166.789	0	
412	Obrigações e títulos de participação.....	43.110		43.110	43.110	0	
414	Investimentos em imóveis.....						
415	Outras aplicações financeiras.....						
441	Imobilizações em curso.....						
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....						
		209.900		209.900	209.900	0	
	<b>Circulante:</b>						
	<b>Existências:</b>						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	134.235		134.235	139.962	5.727	
35	Produtos e trabalhos em curso.....						
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.....						
33	Produtos acabados e intermédios.....						
32	Mercadorias.....	7.849		7.849		-7.849	
37	Adiantamentos por conta de compras.....						
		142.085		142.085	139.962	-2.123	
	<b>Dividas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>						
	Clientes, c/c.....						
	Contribuintes, c/c.....						
	Utentes, c/c.....						
	<b>Dividas de Terceiros - Curto Prazo:</b>						
28	Empréstimos concedidos.....	17.500		17.500	17.500		
211	Clientes, c/c.....	195.513		195.513	97.599	-97.914	
212	Contribuintes, c/c.....	248.396		248.396	13.844	-234.552	
213	Utentes, c/c.....						
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.....	23.873	23.873			-23.873	
251	Devedores pela execução do orçamento.....						
229	Adiantamentos a fornecedores.....						
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....						
24	Estado e outros entes públicos.....						
264	Administração autárquica.....						
262 + 263 + 267 + 268	Outros Devedores.....						
		485.282	23.873	461.409	128.943	-356.339	
	<b>Títulos negociáveis:</b>						
151	Ações.....						
152	Obrigações e títulos de participação.....						
153	Títulos de dívida pública.....						
159	Outros títulos.....						
18	Outras aplicações de tesouraria.....	15.108		15.108	15.108		
		15.108		15.108	15.108		
	<b>Depósitos bancários e caixa:</b>						
12	Depósitos em instituições financeiras.....	600.380		600.380	395.552	-204.828	
11	Caixa.....	959		959	1.900	941	
		601.338		601.338	397.452	-203.886	
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>						
271	Acréscimos de proveitos.....	321.580		321.580	655.538	333.958	
272	Custos diferidos.....	31.865		59.885	33.001	1.136	
		353.444		353.444	688.538	335.094	
	<b>Total das amortizações</b>		34.187.893				
	<b>Total de Provisões</b>		23.873				
	<b>Total do Activo</b>	89.840.267	34.211.767	55.628.500	56.007.506	-33.832.761	



Continuação

Código das Contas POCAL	Fundos próprios e passivo	2009	2008	Var. (valor)
	<b>Fundos próprios:</b>			
51	Património.....	50.899.719	50.899.929	210
55	Ajustamento de partes de capital em empresas.....	-37.089	-37.089	0
56	Reservas de reavaliação.....			
	Reservas:			
571	Reservas legais.....			
572	Reservas estatutárias.....			
573	Reservas contratuais.....			
574	Reservas Livres.....			
575	Subsídios.....			
576	Doações.....	115.000	115.000	
577	Reservas decorrentes de transferências de activos.....			
59	Resultados Transitados.....	-4.441.901	-3.786.863	655.037
88	Resultado Líquido do Exercício.....	-582.476	-655.037	-72.561
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>45.953.253</b>	<b>46.535.939</b>	<b>582.686</b>
	<b>Passivo:</b>			
	Provisões para riscos e encargos.....			
	<b>Dívidas a terceiros de médio e longo Prazo</b>	<b>1.330.429</b>	<b>783.191</b>	<b>-547.238</b>
		<b>1.330.429</b>	<b>783.191</b>	<b>-547.238</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
2311	Empréstimos de curto prazo.....			
269	Adiantamentos por conta de vendas.....			
221	Fornecedores c/c.....	166.920	299.298	132.379
228	Fornecedores-facturas em recepção e conferência.....	97.937	175.509	77.573
252	Credores pela execução do orçamento.....			
217	Clientes e Utentes com cauções.....			
2611	Fornecedores de imobilizado c/c.....	128.067	361.856	233.788
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência.....	111.480	195.008	83.528
24	Estado e outros entes públicos.....	29.201	29.701	500
264	Administração autárquica.....			
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores.....	436.532	309.537	-126.995
		<b>970.136</b>	<b>1.370.909</b>	<b>400.773</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
273	Acréscimos de custos.....	280.203	385.340	105.137
274	Proveitos diferidos.....	7.094.478	6.932.127	-162.352
		<b>7.374.681</b>	<b>7.317.467</b>	<b>-57.214</b>
	<b>Total do Passivo</b>	<b>9.675.247</b>	<b>9.471.567</b>	<b>-203.680</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>55.628.500</b>	<b>56.007.506</b>	<b>379.006</b>

O quadro seguinte é elucidativo de uma diminuição do imobilizado líquido na ordem dos 582 mil euros, mormente por influência das amortizações acumulados. No entanto, o imobilizado bruto viria a crescer no montante de 3.139.078 €, face aos investimentos realizados e em curso do exercício em análise.

Os aumentos/abates de imobilizado ascenderam os 10.000 euros.



As amortizações foram calculadas de acordo com a Portaria 671/2000.

### *Estrutura do Activo Líquido*

Unidade: milhões de euros

Componentes do Activo	2007	2008	2009	VAR. (%)
Bens de dominio público	45.490.144	44.078.493	42.473.795	-3,64%
Imobilizado incorpóreo	85.062	101.370	137.484	35,63%
Imobilizado corpóreo	9.507.117	10.011.627	9.958.147	-0,53%
Imobilizado em curso	66.251	236.114	1.275.790	440,33%
<b>Total do imobilizado</b>	<b>55.148.573</b>	<b>54.427.604</b>	<b>53.845.216</b>	-1,07%
Investimentos financeiros	199.900	209.900	209.900	0,00%
Existências	130.163	139.962	142.085	1,52%
Dívidas a receber	117.430	128.943	461.409	257,84%
Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0,00%
Depósitos e caixa	448.503	397.452	601.338	51,30%
Acréscimo de proveitos	358.385	655.538	321.580	-50,94%
Custos diferidos	59.885	33.001	31.865	-3,44%
<b>Total</b>	<b>1.329.374</b>	<b>1.579.903</b>	<b>1.783.284</b>	12,87%
<b>Activo Líquido</b>	<b>56.477.947</b>	<b>56.007.507</b>	<b>55.628.500</b>	-0,68%

Conforme se pode verificar, não se registaram variações nos investimentos financeiros.

### *Investimentos Financeiros*





				Unidade: milhões de euros
Investimentos Financeiros	2007	2008	2009	VAR. (%)
Partes de capital	156.789	166.789	166.789	0,00%
Obrigações e títulos de participação	43.110	43.110	43.110	0,00%
Investimentos em imóveis				0%
Outras aplicações financeiras				0%
Imobilizações em curso				0%
Adiantamentos				0%
Total	199.900	209.900	209.899	0%

A liquidez (tesouraria de curto prazo) aumentou em relação ao ano transacto, em virtude da redução das dívidas a curto prazo. A dívida existente é vincenda (e não vencida), uma vez que não houve dilação dos prazos médios de pagamento.

Podemos ainda constatar que este aumento da liquidez deve-se, em parte, à obtenção de uma receita extraordinária de renda de concessão pela exploração de parques eólicos.

O pagamento pontual a fornecedores de imobilizado, principalmente de obras a co-financiar pelos fundos comunitários, é preocupação permanente para diminuição do prazo de ressarcimento das contrapartidas da comunidade europeia. Os pedidos de pagamento submetidos a aprovação do QREN vão devidamente justificados com os pagamentos realizados, tendo em vista o seu reembolso, com a brevidade possível.



Unidade: milhões de euros

<b>Liquidez</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VAR. (%)</b>
<b>1</b> Disponibilidades	448.503	397.452	601.338	51%
<b>2</b> Títulos negociáveis	15.108	15.109	15.109	0%
<b>3</b> Dívidas a receber de curto prazo	117.430	128.943	461.409	258%
<b>4</b> Dívidas a pagar de curto prazo	864.987	1.370.909	970.136	-29%
<b>5 Líquidez (5=1+2+3-4)</b>	<b>-283.946</b>	<b>-829.405</b>	<b>107.720</b>	

Como já tivemos oportunidade de referir, os fundos patrimoniais têm vindo a decrescer, mercê da influência dos resultados transitados acumulados negativos. A variação homólogo é de - 1,25% em relação a 2008, não comprometendo a solidez da estrutura dos capitais próprios face ao activo líquido, porquanto a autonomia financeira regista um rácio de 83%, indicador que acima dos 20% é considerado equilibrado.

### *Fundos Próprios*

Unidade: milhões de euros

<b>Fundos Próprios</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VAR. (%)</b>
<b>Componentes dos Fundos Próprios</b>				
Fundo patrimonial	50.909.476	50.899.929	50.899.719	0,00%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	-37.089	-37.089	-37.089	0,00%
Reservas + subsídios + doações	0	115.000	115.000	0,00%
Resultados transitados	-2.492.327	-3.786.863	-4.441.901	17,30%
Resultados do exercício	-1.294.537	-655.037	-582.476	-11,08%
<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>47.085.524</b>	<b>46.535.940</b>	<b>45.953.253</b>	<b>-1,25%</b>

**(b) Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)**

A dívida a médio e longo prazo aumentou em 547.238 €, sob a forma de empréstimos a longo prazo, visados pelo Tribunal de Contas, fundamentalmente pela necessidade de utilização parcial de um empréstimo contratualizado em 2007 com a Caixa Crédito Agrícola para a aplicação em obras que vão ser co-financiadas por fundos comunitários.

O passivo de curto prazo diminuiu em 29,23%. Pelo inverso, o endividamento perante instituições de crédito cresceu 69,87%. O passivo de curto prazo ascendia assim a 970.136 €.

*Componentes do Passivo*

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo	2007	2008	2009	VAR. (%)
Dívidas a médio e longo prazo	871.538	783.191	1.330.429	69,87%
Dívidas a curto prazo	864.987	1.370.909	970.136	-29,23%
<b>Total de dívidas a terceiros</b>	<b>1.736.525</b>	<b>2.154.100</b>	<b>2.300.566</b>	6,80%
Provisões para riscos e encargos	0	0	0	0,00%
Acréscimo de custos	627.793	385.340	280.203	-27,28%
Proveitos diferidos	7.028.105	6.932.127	7.094.478	2,34%
	<b>9.392.423</b>	<b>9.471.567</b>	<b>9.675.247</b>	<b>2,15%</b>

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais e pela Lei do Orçamento de Estado.

Em 31 de Dezembro, a dívida da autarquia reflectia o valor de 2.300.565 € quando no ano anterior era de 2.154.100 €, registando-se uma diminuição significativa do passivo a curto



prazo (-400.773 €) e, em contrapartida, o aumento da dívida a longo prazo em 547.238 €, resultante da utilização de financiamento bancário para assegurar investimentos em curso (com contrapartidas comunitárias), sem prejuízo dos prazos médios de pagamentos e da boa solvabilidade de tesouraria.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respectivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* melhoraram (inferiores a 45 dias), denotando uma saudável situação de tesouraria. Veja-se a estrutura da dívida nos quadros seguintes:

*Estrutura da Dívida*

<b>Dívidas a Terceiros (curto prazo)</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Var.Valor</b>
Fornecedores c/c.	474.808	264.856	-209.951
Fornecedores Imobilizado	556.863	239.547	-317.316
Estado e Outros Entes Públicos	29.701	29.201	-500
Outros Credores	309.537	436.532	126.995
Total	<b>1.370.909</b>	<b>970.136</b>	<b>-400.773</b>
<b>Dívidas de Terceiros (curto prazo)</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Var.Valor</b>
Clientes, Contribuintes e Utentes	97.599	195.513	97.914
Clientes, Contribuintes e Utentes, Cobr.Duv.	0	0	0
Contribuintes, c/c.	13.844	248.396	
Estado e Outros Entes Públicos		0	
Empréstimos concedidos	17.500	17.500	0
Outros Devedores			0
Total	<b>128.943</b>	<b>461.409</b>	<b>332.466</b>
<b>Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Var.Valor</b>
Empréstimos Obtidos	783.191	1.330.429	547.238
Total	<b>783.191</b>	<b>1.330.429</b>	<b>547.238</b>



A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida que releva para o limite de endividamento.

O serviço da dívida representou um encargo total de 230.601,85 € (juros - 27.840,19 € e amortizações - 202.761,66 €), tendo diminuído em 150.045,61 € em relação ao ano anterior, fruto do termo de amortização de 2 empréstimos.

É de realçar que os juros cresceram durante a presente gerência, fundamentalmente, pela subida gradual das taxas de juro de curto prazo, não obstante os encargos correntes da dívida terem sofrido uma redução de 34,2%, devido ao motivo já invocado no parágrafo anterior, assim como pelo efeito das operações de cobertura de taxas de juro (operações *swap*). Numa boa política de gestão dos passivos financeiros, o acompanhamento diário dos *fixings* das taxas de juro e a gestão activa das barreiras dos *swaps* possibilitam o ajustamento destas estruturas à evolução do mercado permitindo assim poupanças significativas.

No que respeita às amortizações, o aumento resulta, essencialmente, da utilização de parte do empréstimo contraído à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha em 2007, no montante de 750.000 € em relação ao ano anterior.

### **(c) Afectação dos Limites Legais ao Endividamento**

De acordo com a Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneraram as respectivas empresas municipais e associações de municípios em que participam, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podiam exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabia ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Excepcionaram-se os



empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários.

Anteriormente à Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro (OE/2003), o segundo limite legal era de 20% sobre D.I. n-1. Com as actualizações à Lei, foi reduzido para metade, comprometendo a nossa capacidade de contrair novos empréstimos, já que o maior dos limites era, com regularidade, aquele que expressava uma indexação ao nível do investimento.

Com a introdução da nova Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro, interessa avaliar os efeitos *pró-activos* dos novos limites legais do endividamento municipal.

Assim, a LFL vem definir outros níveis de controlo do endividamento autárquico, com maior preponderância para:

1. *Endividamento Líquido*, equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores. O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior;
2. *Limites ao Crédito Autárquico*, cujo montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º da LFL, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Quando um município não cumpra os limites acima referenciados, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento



---

líquido, até que aquele limite seja cumprido e serão retidos 10% dos fundos provenientes do FEF.

Para avaliar os efeitos da nova Lei, determinámos o limite legal à capacidade de endividamento da autarquia, a 31/12/2009, cujos valores estão reflectidos no quadro seguinte.

### *Limite Legal à Capacidade de Endividamento*



		Receitas 2008
<b>1.</b>	<b>PARTICIPAÇÃO IMPOSTOS MUNICIPAIS (ANO N-1)</b>	<b>2.270.491,26</b>
01.02.02.	Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	1.171.550,25
01.02.03.	Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)	224.157,79
01.02.04	Imposto Municipal sobre as transmissões Onerosas de Imóveis (IMIT)	871.584,38
01.02.07.01	Contribuição Autárquica	2.220,92
01.02.07.02	Imposto Municipal de Sisa	977,92
<b>2.</b>	<b>PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO NO FEF e IRS</b>	<b>4.015.717,00</b>
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF Capital )	1.390.488,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF Corrente )	2.085.731,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal (FSM)	202.951,00
06.03.01.03	Participação Fixa no IRS	336.547,00
<b>3.</b>	<b>DERRAMA</b>	<b>372.145,68</b>
<b>4.</b>	<b>PARTICIPAÇÃO RESULTADOS SECTOR EMPRESARIAL LOCAL</b>	<b>0,00</b>
	Iserbatalha, E.M.	0,00
<b>RECEITAS TOTAIS</b>		<b>6.658.353,94</b>

<b>A) LIMITE LEGAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (Artº 37º, nº1, LFL)</b>	<b>8.322.942,43</b>
(125% das Receitas Imp. Municipais, Particip. FEF e IRS, Derrama, Result. E.M.)	
<b>B) ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	<b>888.188,82</b>
(Passivos-Activos-Excepções previstas na Lei)	
<b>C) MEIOS LIBERTOS LÍQUIDOS (DO ENDIVIDAMENTO LEGAL)</b>	<b>7.434.753,61</b>
(A-B)	

Com a mudança significativa do conceito de endividamento, bem como dos critérios que fixam o limite desse endividamento, ocorrida em 2007, com a publicação da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, o referencial passou a ser o endividamento líquido municipal<sup>5</sup>, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95).





	ACTIVO	PASSIVO
1) Disponibilidades	616.446	
2) Terceiros		
2.1. Clientes, Contribuinte e Utentes	467.782	
2.2. Fornecedores		264.856
2.3. Empréstimos Obtidos		1.330.429
2.4. Estado e Outros Entes Públicos		29.201
2.6. Outros Devedores e Credores		676.079
2.7. Acréscimos e Diferimentos	353.444	7.374.681
2.8. Empréstimos Concedidos	17.500	
4) Imobilizações	209.900	
<b>TOTAL</b>	<b>1.665.072</b>	<b>9.675.246</b>
<b>TOTAL (SEM 2745 e 2749)</b>	<b>1.665.072</b>	<b>2.580.768</b>
<b>Passivos-Activos - Ct. 2745, 2749 e 414</b>	<b>915.696</b>	
<b>Excepções ao endividamento - Projectos c/ Fundos Comunitários</b>	<b>579.716</b>	
<b>ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (Limite Legal)</b>	<b>335.980</b>	

O endividamento líquido a 31/12/2008 era de 888.189 €, decrescendo para 335.980 € a 31/12/2009, diminuindo 62,2%, ou seja, menos 552.209 €.

O limite legal ao endividamento da autarquia para o ano de 2009 era de 8.514.863 euros (Lei 2/07, Art. 37º, n.º 1), pelo que o **valor do endividamento líquido em 31 de Dezembro de 2009 corresponde a 3,9% do máximo legal permitido, o que revela uma excelente situação financeira.**



---

**(d) Análise à Demonstração de Resultados**

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2008 e 2009, pode-se concluir pela similitude dos valores acumulados dos custos e proveitos entre exercícios, cujas variações são inferiores a 1%. Os proveitos registaram um aumento global de 58,5 mil euros e os custos uma redução de aproximadamente 14 mil euros.

O acréscimo mais significativo dos custos verificou-se na rubrica do pessoal (+ 187 mil euros), como resultado das subidas de nível remuneratório pela aplicação da nova Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR) e pelo impacto da contratação de docentes para as Actividades de Enriquecimento Curricular, via plataforma electrónica do Ministério da Educação. No ano anterior, a Autarquia recorria à contratação de serviços em regime de *outsourcing* para a docência das AEC's, ficando os respectivos custos integrados nos fornecimentos e serviços externos. Os custos extraordinários diminuíram em cerca de 240 mil euros.

Destaca-se ainda um decréscimo de 596 mil euros nas receitas provenientes dos Impostos e Taxas, em virtude da prática das medidas anti-crise aprovadas pela Assembleia Municipal (redução de algumas taxas municipais em 20%) e da quebra drástica nas operações urbanísticas, consequência da paragem da construção civil, sintomática da crise nacional e internacional.



## Demonstração de Resultados

(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2009		2008	
	Custos e Perdas				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	1.165		1.801	
	Matérias	71.494	72.659	138.429	140.230
62	Fornecimentos e serviços externos	3.395.976		3.309.273	
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	1.743.286		1.608.252	
643 a 648	Encargos sociais	307.803	5.447.065	255.643	5.173.168
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	974.396	974.396	913.327	913.327
66	Amortizações do exercício	3.727.098		3.739.890	
67	Provisões		3.727.098	10.987	3.750.877
65	Outros custos e perdas operacionais	7.642	7.642	11.564	11.564
	(A) Custos e Perdas Operacionais		10.228.860		9.989.165
68	Custos e Perdas Financeiras	29.473	29.473	43.169	43.169
	(C) Custos e Perdas Correntes		10.258.333		10.032.334
69	Custos e perdas extraordinários	250.090	250.090	490.147	490.147
	(E) Custos e Perdas do Exercício		10.508.423		10.522.481
88	Resultado líquido do exercício		-582.476		-655.037
			9.925.947		9.867.443
	Proveitos e ganhos				
	Vendas de produtos e prestações de serviços:				
7111	Vendas de Mercadorias	1.316		2.113	
7112+7113	Vendas de Produtos	1.178			
712	Prestações de serviços	179.448	181.941	432.447	434.560
72	Impostos e taxas	2.726.804		3.322.608	
	Variação da Produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	1.632.534		1.104.737	
74	Transferências e subsídios obtidos	4.632.658		4.409.612	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	10.319	9.002.314	1.035	8.837.991
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		9.184.256		9.272.551
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	8.670	8.670	40.803	40.803
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes		9.192.926		9.313.354
79	Proveitos e ganhos extraordinários	733.021	733.021	554.089	554.089
	(F) Proveitos Totais		9.925.947		9.867.443
	Resumo:				
	Resultados Operacionais	B-A	-1.044.604	-716.614	
	Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	-20.803	-2.366	
	Resultados Correntes	D-C	-1.065.407	-718.980	
	Resultado líquido do exercício	F-E	-582.476	-655.037	

Os resultados líquidos foram negativos no montante de 582.476 €, contudo os Meios Libertos Líquidos (deduzidos das amortizações e provisões do exercício), evidenciaram um valor positivo de 3.144.622 €. As amortizações totalizaram 3.727.098 €.

*Estrutura de Custos e Proveitos – Peso Relativo (%)*

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		% *
Custos e Perdas		
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	72.659	1%
Fornecimentos e serviços externos	3.395.976	32%
Custos com pessoal	2.051.089	20%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	974.396	9%
Amortizações e Provisões do exercício	3.727.098	35%
Outros custos e perdas operacionais	7.642	0%
Custos e Perdas Financeiras	29.473	0%
Custos e perdas extraordinários	250.090	2%
<b>(E) Custos e Perdas do Exercício</b>	<b>10.508.423</b>	
Proveitos e ganhos		
Vendas de produtos e prestações de serviços	181.941	2%
Impostos e taxas	2.726.804	27%
Proveitos suplementares	1.632.534	16%
Transferências e subsídios obtidos	4.632.658	47%
Outros proveitos e ganhos operacionais	10.319	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	8.670	0%
Proveitos e ganhos extraordinários	733.021	7%
<b>(F) Proveitos Totais</b>	<b>9.925.947</b>	
Resultados Operacionais	-1.044.604	
Resultados Financeiros	-20.803	
Resultados Correntes	-1.065.407	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-582.476</b>	

\* Representatividade (peso) de cada rubrica sobre a estrutura de proveitos e de custos

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que as amortizações representaram 35% dos custos totais do exercício, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise.

Os fornecimentos e serviços externos representaram 32% do total da estrutura de custos, quando em período homólogo do ano anterior era de 31%, seguindo-se os custos com pessoal que atingiram os 20%, registando, na representatividade da estrutura de custos, um crescimento de 2%, mantendo-se a estabilidade e o seu peso relativo no cômputo dos custos operacionais.



As transferências e subsídios obtidos cresceram 2%, verificando-se uma representatividade de 45% da totalidade dos proveitos do exercício, com maior dependência das transferências do Orçamento do Estado. Nesta rubrica, o crescimento nominal foi de 61.069 €, e uma variação homóloga de 6,7%.

### *Estrutura de Custos*

Unidade: milhões de euros

<b>Custos</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VAR. (%)</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	94.119	140.230	72.659	-48%
Fornecimentos e serviços externos	2.974.826	3.309.273	3.395.976	3%
Custos com pessoal	1.771.140	1.863.895	2.051.089	10%
Transferências e subsídios concedidos	893.122	913.327	974.396	7%
Amortizações	3.684.156	3.739.890	3.727.098	0%
Outros custos operacionais	39	22.551	7.642	-66%
Custos financeiros	51.548	43.169	29.473	-32%
Custos extraordinários	537.023	490.147	250.090	-49%
<b>Total de custos</b>	<b>10.005.973</b>	<b>10.522.482</b>	<b>10.508.423</b>	<b>-0,13%</b>

Pela leitura das demonstrações financeiras é visível que são os subcontratos os custos com maior representatividade no seio dos FSE (representam 43,4% do total dos FSE de 2009). Fundamentalmente, são custos relacionados com Recolha de Lixo (Valorlis), Limpeza e recolhas de lixos (Suma), Recolha de Efluentes (Simlis), e valores relativos a prestações de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos públicos (realizados pela empresa municipal – Iserbatalha).

De 2008 para 2009, verificou-se um aumento de cerca de 87 mil euros no valor global dos FSE's, o que representa um acréscimo de 2,6%. As principais variações dos fornecimentos e serviços externos ocorreram nas seguintes rubricas:



- Subcontratos: aumento de cerca 159 mil euros – em resultado do aumento registado no valor da recolha de Efluentes (Simlis), que passou de cerca 313 mil euros, em 2008, para cerca de 475 mil euros, em 2009;
- Conservação e reparação: aumento de cerca 68 mil euros, pelo contributo dos encargos com conservação e reparação de edifícios e outras construções, e em particular os valores associados a cedências de materiais, que passaram de cerca de 20 mil euros em 2008, para cerca de 64 mil euros em 2009, mercê do impacto do apoio à sede da Junta de Freguesia da Golpilheira.
- Outros fornecimentos e serviços: diminuição de cerca 178 mil euros. Esta diminuição deveu-se ao facto de que em 2008 foram registados nesta conta valores respeitantes a “Operações de Silvicultura Preventiva – serviços de limpeza de matas” nas freguesias de S. Mamede, Batalha e Reguengo do Fétal, no âmbito do programa comunitário AGRIS, os quais atingiram um montante de cerca de 233 mil euros. Em 2009 não se realizaram trabalhos desta natureza, pelo que o valor dos Outros fornecimentos e serviços externos viram o seu valor diminuído face a 2008.

*Estrutura de Proveitos*

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2007	2008	2009	VAR. (%)
Vendas	8.192	2.113	2.494	18,0%
Variação da produção	0	0	0	
Prestação de serviços	340.507	432.447	179.448	-58,50%
Outras situações	0	0	0	
Impostos e taxas	2.957.527	3.322.608	2.726.804	-17,93%
Transferências e subsídios obtidos	4.269.465	4.409.612	4.632.658	5,06%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	
Proveitos suplementares	545.111	1.104.737	1.632.534	47,78%
Outros proveitos operacionais	24.808	1.035	10.319	897,00%
Proveitos financeiros	49.088	40.803	8.670	-78,75%
Proveitos extraordinários	516.739	554.089	733.021	32,29%
<b>Total de proveitos</b>	<b>8.711.437</b>	<b>9.867.444</b>	<b>9.925.948</b>	<b>0,59%</b>

Na estrutura de proveitos, é notório o impacto da *diminuição das operações urbanísticas e da adopção das medidas anti-crise no decréscimo da rubrica de prestação de serviços em 58,50% e dos impostos e taxas em 17,93%*.

**(e) Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial**

Pela leitura dos indicadores de liquidez abaixo referenciados, podemos depreender que a tesouraria espelha uma situação de equilíbrio estrutural. Apenas a liquidez reduzida tem indicador abaixo de 1 ponto, não significando desajustamentos face às necessidades de financiamento a curto prazo. Depreende-se com mero formalismo procedimental ou técnico-administrativo, já que a realidade subjacente à contabilização da receita, determina que os proveitos provenientes da transferência de impostos e outras



transferências correntes e de capital do Orçamento do estado e outros Entes Públicos, só sejam registados quando obtido o conhecimento do seu crédito em conta bancária. A obtenção da receita (variável) normalmente ocorre com a periodicidade mensal, e não figura no balanço como dívida de terceiros em 31/12 de cada ano. São registados na contabilidade através de extracto que evidencia a transferência bancária, ou por meio de ofício remetido pela entidade ordenadora da transferência. Tal cadência da receita (com a periodicidade mensal) é praticamente suficiente para suprir eventuais desequilíbrios de tesouraria. No ano em análise, a maior parte do investimento realizado, foi assegurada por Receitas Próprias e provenientes das Transferências do Orçamento Estado.

Os indicadores seguintes ainda evidenciam uma posição confortável da estrutura do passivo comparativamente com o ano de 2008, devendo-se à diminuição do passivo exigível a curto prazo.

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro muito positivo.

A capacidade do Município de financiar o seu activo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, evidencia uma ligeira melhoria em 2009. %.

O índice de solvência demonstra a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, apresentado, neste momento, um dos melhores indicadores do país.



*Indicadores de estrutura*

<b>Capital Circulante</b>	Existências	142.085 €	
	Dívidas de terceiros - curto prazo	461.409 €	
	Títulos negociáveis	15.108 €	
	Disponibilidades (Cx.+Dep.)	601.338 €	
		1.219.940 €	
<b>Liquidez Geral</b>	Capital Circulante	1.219.940 €	1,26
	Exigível Curto Prazo	970.136 €	
<b>Liquidez Reduzida</b>	Capital Circulante-Stocks	1.077.855 €	1,11
	Exigível Curto Prazo	970.136 €	
<b>Liquidez Imediata</b>	Disponibilidades	601.338 €	0,62
	Exigível Curto Prazo	970.136 €	
<b>Autonomia Financeira</b>	Fundos Próprios	45.953.253 €	83%
	Activo Líquido	55.628.500 €	
<b>Solvabilidade</b>	Fundos Próprios	45.953.253 €	475%
	Passivo Total	9.675.247 €	

Registe-se que ao nível da estrutura financeira da autarquia, os rácios espelham uma variação positiva e a solvabilidade aumentou, comportamento que revela uma boa gestão municipal.

A solvabilidade apresenta uma situação bastante boa, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios, sendo praticamente seis vezes superior ao exigível de curto, médio e longo prazo.

*Indicadores de Gestão Patrimonial*

<b>Indicador de imobilização dos Fundos Próprios</b>	<= 1	Fundos Próprios	45.953.253 €	0,85
		Imobilizado Líquido	54.055.116 €	
<b>Indicador da capacidade de Endividamento</b>	>= 0,5	Fundos Próprios	45.953.253 €	0,97
		Capitais Permanentes	47.283.683 €	
<b>Indicador de Solvabilidade</b>		Activo	55.628.500 €	575%
		Passivo	9.675.247 €	



Meios Libertos s/ o Activo Líquido	R. Liq. +Amort.Prov.+Custos financ.	3.174.094 €	6%
	Activo Total Líquido	55.628.500 €	

**(f) Anotação dos factos relevantes verificados após encerramento do Exercício**

No exercício de 2009, as receitas obtidas e contabilizadas nas rubricas orçamentais “Conservação e Tratamento de Esgotos” - (Saneamento) no montante de 44.892,41 €, e “Recolha e Tratamento de Lixo” no montante de 106.232,43 €, respectivamente, resultaram de proveitos incorridos no exercício económico de 2008, e devidamente registados na contabilidade patrimonial. No ano de 2009, não foram reportados quaisquer valores para as contas **7240401230601** “Conservação e Tratamento de Esgotos” - (Saneamento) e **7240401239901** “Recolha e Tratamento de Lixo” - (Lixo), dado não ter sido apresentado por parte das Águas do Lena, qualquer relatório informativo sobre os valores a atribuir a cada uma das rubricas. Estima-se que os proveitos que deveriam ter sido reportados ao exercício de 2009, sejam de 73.000,00 € para a rubrica de saneamento e de 192.000,00 € para a rubrica do lixo, perfazendo um total de 265.000,00 €.

Assim sendo, propõe-se que estes montantes sejam reportados ao exercício do ano de 2010 e contabilizados na conta patrimonial **797** “Correcções Relativas a anos anteriores”.

No que diz respeito às rendas de concessão das águas (ÁGUAS DO LENA, S.A.), os valores das mesmas foram contabilizadas como proveito do exercício de 2009 na conta **73901** “Concessão Águas” pelo valor de 123.183,13 €, não tendo a empresa procedido à sua liquidação.

Outro facto que interessa relevar, diz respeito às comparticipações familiares dos ATL's, cuja cobrança está a cargo da ISERBATALHA, mas que constitui receita municipal. Como só no final do mês de Março se obteve conhecimento das receitas apuradas a título da componente das comparticipações familiares, referente às refeições das crianças do 1º



Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância para o ano de 2009, no montante global de 93.567,56 €, e não tendo este valor sido contabilizado no citado exercício, propõe-se que seja inscrito em 2010 na conta patrimonial **797** “Correcções Relativas a anos anteriores”.

A Lei n.º 57-F/2006 de 29 de Dezembro que regula o novo regime jurídico do sector empresarial local, vem definir novas regras para garantir o equilíbrio das contas das empresas municipais. Assim, obriga à apresentação de resultados anuais equilibrados, devendo os municípios garantir uma transferência financeira que venha a repor o resultado de exploração, no caso do resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo. Perante este pressuposto, e após análise do balancete de centro de custos para o 2º Semestre de 2009, a Iserbatalha E.E.M. chegou à conclusão que o mesmo evidenciava a exploração deficitária de algumas actividades cujas competências foram delegadas pela Autarquia e que reflectiam um resultado negativo no valor de 189.681,91 €.

Assim, utilizando as prerrogativas previstas no Artº 31º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Janeiro a Iserbatalha E.E.M. solicitou ao Município a cobertura dos Resultados Negativos de Exploração do 2º Semestre de 2009 no montante acima mencionado.

Uma vez concedido este valor por parte da Autarquia o mesmo será contabilizado no exercício de 2010 na contabilidade patrimonial na conta **6320305010101** “Empresa Publicas Municipais e Intermunicipais”.

#### **(g) Proposta de Aplicações de Resultados**

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 582.476,42 euros, tenha a seguinte aplicação:

- (582.476,42 euros) para Resultados Transitados.